

BOLETIM

# ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à  
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 35– fevereiro/2017



*Foto: Arquivo/Secretaria Executiva. Grupo de Trabalho - Ação 8/2017*

O mês de fevereiro foi marcado pela retomada dos trabalhos pelos coordenadores e colaboradores da ENCCLA. No planejamento anual da Estratégia, tínhamos como marco relevante o termo final de encaminhamento, pelos coordenadores, dos planos de trabalhos de cada uma das 11 Ações da ENCCLA de 2017.

A dedicação dos coordenadores e colaboradores permitiu que chegássemos ao final do mês com o recebimento de todos os planos de trabalho. Foi possível, inclusive, realizar a primeira reunião de trabalho da Ação 8/2017, coordenada pelo Banco Central do Brasil (matéria abaixo). Também neste mês, atingimos o número de 71 órgãos e entidades participantes da ENCCLA que indicaram seus respectivos representantes. Muitos desses servidores estarão participando pela primeira vez da ENCCLA, significando importante renovação, trazendo novas vivências e experiências, agregando sobremaneira na construção de um conhecimento transversal necessário à consecução dos objetivos propostos durante a XIV Reunião Plenária da Estratégia.

Com o recebimento dos planos de trabalho foi possível organizar a agenda provisória da ENCCLA ao longo de todo 2017, fato que permitirá aos participantes um melhor planejamento de seus compromissos, aumentando a participação dos membros nas reuniões dos Grupos de Ações, além de representar economia aos órgãos, entidades daqueles representantes que necessitam se deslocar a Brasília para referidos encontros de trabalho.

Mas fevereiro não foi um mês apenas de planejamento do trabalho da ENCCLA, houve espaço para treinamento e capacitação. Durante os dias 06 a 09, representantes do DRCI e da CGU integraram a missão brasileira que participou de reuniões técnicas de trabalhos com a *Crow Prosecution Service, a Serious Fraud Office, a Joint Anti-Corruption Unit*, entre outras agências britânicas com atuação no combate à corrupção no Reino Unido. O foco dos debates foi compreender a importância do Plano Nacional Anticorrupção Britânico, os avanços sentidos após a entrada em vigor, em 1º de julho de 2011, da Lei de Suborno (*The Bribery Act 2010*) e, especialmente, aprender como as agências britânicas atuam de forma integrada na repressão ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Nesse sentido, foi interessante perceber que a legislação britânica normatiza não só a relação público-privado, mas também regula a relação existente unicamente no ambiente privado, atingindo, inclusive, companhias internacionais que possuam representação no Reino Unido. A referida legislação inova ao prever a *ofensa de falha das organizações criminais em prevenir o suborno*, prevendo multas ilimitadas às empresas consideradas culpadas por suborno, exigindo e penalizando as corporações e seus dirigentes e empregados que não instituem programas de *compliance* e constantes revisões de seus procedimentos internos, com a finalidade de verificar e aprimorar eventuais pontos frágeis.

Destaca-se também a atuação da *Serious Fraud Office* (SFO) nesse processo, pois este departamento de Governo independente atua de forma seletiva e eficiente na investigação e processamento judicial dos casos mais relevantes e complexos de fraude e corrupção. A SFO integra o sistema de justiça criminal do Reino Unido, com jurisdição na Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales.

A recém-criada *Joint Anti-Corruption Unit* (JACU), em 2015, é uma agência transversal do Governo Britânico, vinculada ao *Cabinet Office*, que tem como responsabilidade concentrar os esforços de coordenação nacional e internacional que assegurem uma mudança ambiciosa na luta contra a corrupção. Apesar de ser uma unidade pequena (apenas oito servidores), sua atuação se dá no plano estratégico, de alinhamento da atuação das diferentes agências britânicas anticorrupção. O modelo institucional da JACU é algo que deve ser objeto de estudo comparado dentro da proposta de trabalho em andamento na Ação 11/2017 da ENCCLA.

Tais visitas inserem-se no projeto intitulado "Modelo de Reforma da Gestão da Justiça: melhor eficiência pública e redução da corrupção", financiado pelo Fundo de Prosperidade vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, por intermédio de sua representação diplomática no Brasil. O resultado dessa experiência será objeto de difusão de conhecimento a todos os membros da ENCCLA interessados no assunto, durante o seminário internacional Brasil-Reino Unido, que será promovido entre os dias 21 e 22 de março de 2017, no auditório do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria firmada entre a FGV-Rio, Embaixada do Reino Unido e MJSP. Em breve, a Secretaria Executiva da ENCCLA encaminhará a programação e os formulários para inscrição no **Seminário Internacional Brasil – Reino Unido sobre o Combate à Corrupção**.

*Secretaria Executiva*

# CURTAS

## Agenda Reuniões ENCCLA 2017

07/03/2017- **1ª reunião da Ação 7.** Coordenador: Rede-LAB. Coordenador adjunto: SEGOV. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AMPCON, ANPR, BCB, CADE, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCPC, CVM, DREI/SEMPE/PR, GNCOC, GSI/PR, INSS, MPF, MPMGO, MPM, MPMA, MPMS, MPPE, MPPR, MPRJ, MPRN, MPRS, MPSC, MPSP, MPT, PCMA, PCMG, PCRS, PCSC, PCSP, PF, PGRS, PGESP, PGFN, PREVIC, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, SECONT/ES, SENAD, SP/MF, STI/MP, SUSEP, TCU, TSE. Local: DRCI, às 9h30.

07/03/2017- **1ª reunião da Ação 6.** Coordenador: CNMP. Coordenador adjunto: SEGOV. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, BB, BNDES, CAIXA, CASA CIVIL RS, CGU, CJF, CNMP, COAF, CONACI, FEBRABAN, MD, MPF, MPMA, MPPE, MPPI, MPT, RFB, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

08/03/2017 – **1ª Reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Enccla (GGI).** Local: DRCI, 9h30.

14/03/2017 – **1ª reunião da Ação 1.** Coordenador: TCU. Colaboradores: ADPF, AGU, AMB, AMPCON, ANPR, ATRICON, BB, BCB, CGEMG, CGU, CNMP, CONACI, FEBRABAN, MPF, MPM, MPT, PF, PGRS, PGFN, SEGES. Local: DRCI, às 9h30.

15/03/2017 – **1ª reunião da Ação 3.** Coordenador: AGU. Coordenador adjunto: PGE/RS. Colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, ATRICON, BCB, BNDES, CGU, CNMP, CONACI, CONJUR/MJC, CVM, MPF, MPM, MPMS, MPRS, MPSC, MPSP, PCRS, PF, PGEBA, PGFN, PGMSP, TCU. Local: DRCI, às 9h30.

16/03/2017 – **1ª reunião da Ação 5.** Coordenador: TCU. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANPR, CADE, CGMSP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, GNCOC, MPMGO, MPT, PF, PGFN, RFB. Local: DRCI, às 9h30.

16/03/2017 – **1ª reunião da Ação 10.** Coordenador: SP/MF. Colaboradores: AJUFE, AMPCON, AMB, ANAPE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, CGU, CJF, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, INSS, MD, MPMA, MPMS, MPRN, PF, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, TSE. Local: DRCI, às 14h30.

23/03/2017 – **1ª reunião da Ação 9.** Coordenador: DRCI. Coordenadores-adjuntos: PF, MPF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMB, ANPR, CGU, CNMP, COAF, CVM, DREI/SEMPE/PR, GNCOC, GSI/PR, MRE, RFB. Local: DRCI, às 9h30.

23/03/2017 – **1ª reunião da Ação 2.** Coordenador: CGU. Colaboradores: ADPF, AMPCON, ATRICON, CGMSP, CNMP, CNPG, CONACI, MPPE, MPPI, MPPR, MPRJ, MPRN, MPSC, MPSP, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

29/03/2017 – **2ª reunião da Ação 8.** Coordenador: BCB. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMB, AMPCON, BB, BNDES, CAIXA, CGU, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, GSI/PR, MPF, MPSP, MRE, PF, PGFN, RFB, SUSEP, SEGES/MP, TCU. Local: DRCI, às 9h30.

## Agenda PNLD

07 a 10/03/2017 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo. Local: Vitória/ES

04 a 07/04 – Ministério Público do Maranhão. Local: São Luís/MA  
25 a 28/04 – Polícia Civil da Paraíba. Local: João Pessoa/PB  
24 a 26/05 – Escola da Magistratura Federal. Local: Fortaleza/CE  
06 a 09/06 – Ministério Público do Estado do Acre. Local: Rio Branco/AC

## Conheça as Ações Enccla 2017

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)*



### ADPF – Associação dos Delegados de Polícia Federal ADPF lança 1ª edição da Revista Delegados Federais

06/02/2017 - O ano de 2017 se inicia com o lançamento de um importante projeto: a Revista Delegados Federais. A publicação surge como uma reformulação da antiga Revista Prisma e, nesta edição, traz destaques do ano que passou – como bastidores da Operação Lava Jato e a luta pela Autonomia da Polícia Federal –, além de novidades para 2017.

A principal será o VII Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, que realizaremos em março deste ano, em Santa Catarina. O maior encontro de todos os tempos de Delegados Federais reunirá 400 participantes para debater temas relacionados à Segurança Pública e à Justiça Criminal.

O evento será uma boa oportunidade para fazermos um balanço de nossas atividades em 2016 e planejarmos 2017. A turbulência no cenário político, fiscal e econômico reverberou na vida de milhões de brasileiros. Para os Delegados de Polícia Federal, não foi diferente. Como resultado, nos engajamos em diversos embates.

Em março de 2016, lançamos a Campanha pela Autonomia da Polícia Federal. O sucesso foi estrondoso. Mais de 650 mil pessoas assinaram a “Carta Aberta do Povo Brasileiro” em defesa da aprovação, no Congresso Nacional, da PEC 412/2009, que prevê a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da PF.

O apoio maciço confirma que a garantia institucional para que a Polícia Federal continue a investigar e a combater o crime organizado e a corrupção não é uma preocupação somente dos Delegados Federais, mas de toda a população. E a mobilização deu muitos resultados.

Após sete anos estacionada na Câmara dos Deputados, a proposta finalmente começou a ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Na esteira da Campanha pela Autonomia da PF, realizamos simpósios nacionais de combate à corrupção e corridas contra a corrupção. Participamos de seminários da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e fechamos importantes parcerias.

No Congresso, lutamos pelo apensamento das Propostas de Emenda à Constituição que tratam da reformulação do sistema de segurança pública, visando dar um tratamento sistêmico à crise de segurança pública, inclusive ao sistema penitenciário.

No Executivo, brigamos pela recomposição dos subsídios dos Delegados Federais e pelas garantias do cargo. Além disso, levamos as propostas e o pensamento dos Delegados Federais à televisão, jornais, revistas, sites de notícia.

Ocupamos espaços e nos fizemos ser ouvidos. Todos esses assuntos, além de muitos outros, leitor, estão detalhados nas páginas a seguir. [Clique aqui para baixar a Revista](#)

[CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União](#)

**[Entidade que firmar convênio com Governo Federal deverá criar canal de denúncia](#)**

*Exigência está em portaria dos ministérios da Transparência, da Fazenda e do Planejamento*



22/02/2017 - Iniciativa decorre de atuação da Ouvidoria-Geral da União (OGU), área do Ministério da Transparência, junto à Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Iniciativa decorre de atuação da Ouvidoria-Geral da União (OGU), área do Ministério da Transparência, junto à Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv).

Os órgãos e entidades públicas ou privadas que celebrarem convênios ou contratos de repasse com o Governo Federal, a partir de janeiro de 2017, deverão manter um canal de comunicação efetivo para o registro de solicitações, elogios, sugestões, reclamações e denúncias por parte da sociedade. A exigência está na Portaria nº 424, assinada entre os ministérios da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

O normativo também determina que, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, os convenientes deverão incluir nas placas e adesivos indicativos daquela reforma ou construção a informação sobre o canal para registro de manifestações.

**[Acesse a íntegra da Portaria nº 424/2016](#)**

A iniciativa decorre de atuação da Ouvidoria-Geral da União (OGU), área vinculada ao Ministério da Transparência, junto à Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). O objetivo é garantir que a interlocução entre os cidadãos e a Administração Pública provoque a melhoria dos serviços prestados.

Transparência - O Portal da Transparência permite, há mais de uma década, o controle social relativo aos convênios firmados pelo Poder Executivo Federal. O site oferece consulta à lista de todas as transferências voluntárias celebradas a partir de 1996, com a descrição do objeto, datas e valores envolvidos. É possível realizar a pesquisa por ente federativo, órgão concedente e movimentação das contas.

#### [Acesse a consulta a convênios](#)

Inclusive, qualquer cidadão pode receber, por e-mail, as atualizações sobre liberações de recursos de convênios para seu município. Para isso, basta se cadastrar, gratuitamente, na mala direta do Portal. O formulário está disponível no mesmo endereço eletrônico.

Fonte: [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)

[CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União](#)

#### [Médias, pequenas e microempresas recebem orientação sobre mecanismos de integridade](#)

*Alliance for Integrity, parceira do Ministério da Transparência, realiza palestra virtual gratuita*



Operação Lava Jato tem revelado, nos últimos anos, casos de corrupção que envolvem algumas das maiores empreiteiras do país. Fraudes cometidas por construtoras com receita bruta bilionária e milhares de funcionários. No entanto, não só as grandes corporações que estão sujeitas à falta de honestidade em seus negócios. As de micro, pequeno e médio portes também devem ficar atentas à ocorrência de irregularidades, tanto no ambiente interno, quanto na relação com clientes e colaboradores.

Para auxiliar as empresas de tamanho menor na identificação de zonas cinzentas (entre o legal e o ilegal) e na implementação de mecanismos de integridade, a Alliance for Integrity - iniciativa global implementada pela agência de cooperação técnica alemã GIZ - que em parceria com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) realizará uma palestra virtual sobre análise de riscos relativos à *compliance*.

A iniciativa faz parte da primeira sessão do Ciclo Webinar DEPE. A transmissão será ao vivo, no dia 20 de fevereiro, às 11h (horário de Brasília). A palestra será conduzida por Camila Araujo e Roberta Codignoto, especialistas em integridade das empresas Deloitte e Staples – também parceiras da Alliance for Integrity. A apresentação (em português) terá duração de uma hora, com espaço para perguntas e respostas. O Ciclo Webinar DEPE contará com outras cinco edições ao longo do ano, que abordarão temas que auxiliem as empresas no desenvolvimento e na implementação de sistemas efetivos de prevenção à corrupção.

Sebrae - O Ministério da Transparência e o Sebrae firmaram parceria, em 2015, com o objetivo de levar o tema integridade empresarial às micro e pequenas empresas brasileiras. Um dos produtos dessa cooperação foi o lançamento da cartilha Integridade para Pequenos Negócios. O guia busca orientar o empreendedor quanto à

importância da integridade nas relações comerciais, além de apresentar sugestões de medidas, de baixo custo, que podem ser adotadas para estruturar um programa de *compliance*.

*Empresa Íntegra* – Acesse o portal do Sebrae e conheça dicas para um empreendimento idôneo

Aliança -A *Alliance for Integrity* busca envolver diversos atores na construção e promoção de soluções para fortalecer as ações de integridade no setor privado. A aliança, criada há três anos, é encabeçada pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), agência governamental estruturada como companhia privada, mas sem fins lucrativos. No Brasil, o conselho consultivo foi estabelecido em maio de 2016 e é composto por representantes do setor privado (Allianz Seguros S.A., Banco do Brasil S.A., LATAM Airlines Group, Mercedes-Benz, Siemens Brazil), setor público (CADE e CGU) e sociedade civil (Rede Brasil do Pacto Global e Instituto Ethos).

Fonte: [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

### Enccla 2017 inicia os trabalhos com reunião da Ação 8

*Grupo de trabalho tem por objetivo elaborar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico no país para evitar a lavagem de dinheiro*



Em 15/2, o grupo de trabalho da Ação 8/2017 da Enccla, que será responsável por elaborar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico, foi o primeiro a reunir-se neste ano. O objetivo da Ação é conhecer e discutir a temática para evitar que sejam utilizadas para a prática de crimes, como a lavagem de dinheiro.

Os participantes analisaram e aprovaram o plano de trabalho da Ação. Durante a reunião, o representante do Banco Central do Brasil (BCB), que coordena a ação, apresentou diferenças conceituais entre moedas eletrônicas, previstas em nosso ordenamento jurídico, e virtuais, tais como o bitcoin, ainda não regulamentadas.

A primeira ação do grupo de trabalho é discutir e definir o conceito de moeda virtual, diferenciando-as de eletrônicas, para então se checar ao diagnóstico que será o produto final da ação. O objetivo é identificar eventuais tipologias que sirvam para a prática de ilícitos, tais como a lavagem de dinheiro.

Nas próximas reuniões o grupo fará apresentações e discussões para a troca e nivelamento de conhecimentos a respeito da temática. Após a conceituação de moeda virtual, o grupo se dedicará à identificação das tipologias de lavagem de dinheiro mediante a utilização de moedas virtuais.

Em setembro, está prevista a realização de seminário, com a presença de autoridades estrangeiras, para o intercâmbio de conhecimentos e de práticas sobre como outros países lidam com as moedas virtuais. Atualmente, chama-se de 'virtual' a moeda que não existe fisicamente (notas) e que não é controlada por governo ou país. Sua emissão e circulação são realizadas por sistemas de pagamentos digitais que não estão submetidos a nenhuma autoridade central ou intermediários - bancos. As transações são feitas por meio de aplicativos e de código-fonte aberto diretamente entre os interessados, sem um intermediador.

A moeda virtual mais conhecida, atualmente, é a bitcoin, criada em 2008 por programadores japoneses, atualmente cotada em mais de 3,4 mil reais a unidade. No Brasil, já existem empresas que aceitam pagamentos em Bitcoins.

O grupo de trabalho da Ação 8/2017 da Enccla é coordenado pelo Banco Central do Brasil e composto pelos seguintes colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMB, AMPCON, BB, BNDES, CAIXA, CGU, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, GSI/PR, MPF, MPSP, MRE, PF, PGFN, RFB, SUSEP, SEGES/MP e TCU.

Fonte: DRCI/SNJ/MJSP

Imagem: Designed by Rosapuchalt - <http://www.freepik.com>

MPF - Ministério Público Federal

**MPF propõe definição de temas prioritários e atuação integrada para garantir segurança nas regiões de fronteira**



08/02/2017 - O Ministério Público Federal (MPF) apresentou a estratégia atual da área criminal e defendeu a participação da instituição na política de segurança e proteção das fronteiras brasileiras durante a primeira reunião do Comitê Executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (Propif), realizada nessa terça-feira, 7 de fevereiro, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Instituído em novembro do ano passado, o programa tem como objetivo organizar a atuação da administração pública para fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos crimes transfronteiriços. Além do MPF – convidado a integrar o grupo – compõem o Comitê representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), dos Ministérios da Defesa, da Justiça e Cidadania e das Relações Exteriores, da Receita Federal, e das Polícias Federal e Rodoviária Federal.

O MPF foi representado na reunião pela coordenadora da Câmara Criminal, supbrocuradora-geral da República Luiza Frischeisen. Ao apresentar a atuação da instituição, ela destacou a criação do Grupo de Trabalho Crimes

de Fronteira, que tem a finalidade de articular estratégias de combate a crimes como tráfico internacional de drogas, armas e pessoas nas divisas brasileiras, contrabando e descaminho de grandes cargas.

A subprocuradora-geral também enfatizou a necessidade de adoção de uma metodologia de trabalho integrada, com a definição de temas prioritários e, sobretudo, o constante intercâmbio de informações entre os órgãos e os estados da federação no intuito de garantir a efetividade da persecução penal em crimes cometidos em regiões de fronteira.

Como exemplo, Luiza citou a atuação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que é formada por mais de 60 órgãos, incluindo os três poderes da República, Ministérios Públicos e sociedade civil. "É um exemplo de uma atuação que reúne diversos órgãos e ainda sim tem um desempenho efetivo e transparente por ter uma definição clara de temas prioritários".

Estratégia e efetividade – Outro ponto destacado pela subprocuradora-geral foi a importância da participação do MPF na definição das estratégias de atuação, a fim de garantir maior efetividade às ações penais. Luiza explicou, por exemplo, que procedimentos como a colheita de provas e a audiência com testemunhas podem ser decisivos nos processos. "O contato entre agências de fiscalização e órgãos como o MPF é importantíssimo, principalmente durante operações, quando um defeito na colheita de provas pode colocar toda investigação a perder", frisou.

A ausência de parametrização de dados de segurança pública também foi citada como entrave na implementação de um sistema unificado por participantes da reunião. Um dos pontos indicados como preocupante foi a dificuldade para integração das bases de dados estaduais com a base do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Luiza Frischeisen enfatizou que muitos estados utilizam diferentes termos para registrar determinados delitos, causando divergências nas informações geradas.

Por fim, a subprocuradora-geral da República citou a realização, pelo MPF, de oficina de trabalho sobre crimes de fronteiras. O evento, realizado na Procuradoria-Geral da República nos dias 7 e 8 de fevereiro, teve o intuito de trocar informações e experiências sobre as questões relacionadas aos crimes de fronteira e contou com a participação de representantes da Senasp e especialistas da área. [Veja a íntegra da apresentação.](#)

Fonte: Secretaria de Comunicação Social/ Procuradoria-Geral da República

Foto: João Américo - Secom/PGR

[TCU – Tribunal de Contas da União](#)

## TCU cria unidade para intensificar cooperação entre vários órgãos de controle



*A unidade foi criada com o propósito de impulsionar as ações de controle que tenham o objetivo de prevenir, detectar e reprimir fraude e corrupção na Administração Pública Federal.*

Na primeira sessão de 2017, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, apresentou as prioridades da sua gestão: combate à fraude e à corrupção; indução do aumento da eficiência na gestão estatal; e promoção da transparência na administração pública.

Ao escolher o foco de sua administração, o presidente Carreiro afirmou que a fraude e a corrupção minam a eficiência do Estado, diminuem o acesso a serviços básicos, distorcem a alocação de recursos, desequilibram a saudável competição no mercado, impõem entraves econômicos, políticos e sociais para o crescimento sustentável, corroem a confiança nas instituições e instigam o desprezo do cidadão pela lei.

Para dar corpo às intenções anunciadas, Raimundo Carreiro criou a Secretaria de Relações Institucionais no Combate a Fraude e Corrupção (Seccor). Essa unidade – que integra a Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) – foi criada com o propósito de impulsionar as ações de controle que tenham o objetivo de prevenir, detectar e reprimir fraudes e corrupção na Administração Pública Federal.

De acordo com o presidente Raimundo Carreiro, uma das principais atribuições da Seccor será fomentar a cooperação entre o tribunal e outros órgãos e entidades de controle e fiscalização. “Com mais informações e com mais consequências para os achados de auditoria, tende-se a promover uma opinião mais robusta nos trabalhos, ampliando o senso de consequência dos administradores e aumentando a pressão modificadora institucional em um conjunto altamente preventivo”, avalia.

A diretriz é tornar a Seccor uma ponte entre as demais secretarias do tribunal e os parceiros de controle. Algumas das oportunidades de ação da nova secretaria já identificadas são: auxiliar as unidades da Segecex no trato processual do fluxo e registro de informações; ajudar na construção do exato papel do tribunal nessas cooperações; apoiar na definição de regulamento que confira segurança aos auditores e relatores no intercâmbio de informações; viabilizar a identificação de trabalhos prioritários para catalisar a alocação eficiente de recursos; consolidar, para a sociedade, os resultados de controle externo no combate a fraude e corrupção; e elaborar referencial de combate a fraude e corrupção para gestores.

Enfim, diz Raimundo Carreiro, “além de apoiar as secretarias na elaboração de estratégias para dirimir os males da corrupção, solicitei que Seccor faça o mapeamento e dissemine as boas práticas afetas ao tema no tribunal, capazes de serem reproduzidas regularmente com sucesso nas ações de controle”.

Ainda de acordo com o presidente Carreiro, a participação de todos os servidores do tribunal na construção dessa nova visão tem papel fundamental. "Mais que uma ação prioritária da gestão, importa construir uma filosofia e uma cultura na identificação de oportunidades de ações de controle externo em cooperação. Tudo com o propósito de aprimorar a administração pública em benefício da sociedade, por meio do controle", afirma.

Contato da Seccor: (61) 3316-7296 ou 3316-7891.

